Direito Tributário

XX CONCURSO – 29.06.94

1ª Questão:

Que entende o candidato por isenção objetiva, isenção subjetiva e isenção objetiva-subjetiva? Exemplifique cada uma delas.

2ª Questão:

Solucione o candidato, em forma de despacho, a seguinte controvérsia exsurgida em um inventário:

Em 1991 morreu o cidadão RAMIRES, quando a alíquota do imposto "causa mortis", então vigente, era de 4%. Por culpa dos herdeiros, houve retardo na abertura do inventário, o que somente veio a ocorrer em 1993, quando a alíquota fora elevada para 6%. A avaliação do acervo inventariado, constante de bens imóveis, deu-se no início do ano de 1994.

Surge choque de posicionamento: a Fazenda Pública sustenta a incidência da alíquota vigente ao tempo da efetiva abertura do inventário e sobre o valor da avaliação; os herdeiros, ao diverso, pretendem que a incidência da alíquota, assim como a avaliação, retroperem à data do óbito.

Decida o candidato.

XXI CONCURSO – 29.09.94

1ª Questão:

Determinada empresa foi autuada pelo não recolhimento do ICMS e do Adicional de Imposto de Renda previsto no art. 155, II, da Constituição Federal. Recorreu administrativamente, mas as autuações foram mantidas. Como não recolheu os tributos devidos, houve inscrição na Dívida Ativa e a Fazenda Estadual aparelhou a execução em tempo hábil para evitar a decadência. Citados os sócios majoritário e minoritário, ambos com poderes de gerência, deixaram de nomear bens à penhora, já que a empresa tinha cessado suas atividades. Pediu-se, então, ao Magistrado a inclusão de ambos no pólo passivo da execução fiscal, realizando-se a penhora de diversas ferramentas de profissão pertencentes ao sócio minoritário. Interpôs ele, embargos do devedor, argumentando sua ilegitimidade passiva, já que seu nome não constava do título executivo. Argüiu, ainda, que os bens penhorados lhe pertenciam, de modo que não poderiam ser alcançados pela execução. E, finalmente, suscitou não ser devido o adicional de Imposto de Renda. A Fazenda Estadual rebateu os argumentos, pedindo a improcedência dos embargos. DISPENSADO O RELATÓRIO, SENTENCIE OS EMBARGOS, JÁ QUE AS QUESTÕES DISCUTIDAS SÃO EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO.

2ª Questão:

A Câmara Municipal de determinado Município do Estado do Rio de Janeiro aprovou o texto de lei abaixo, **sancionada**, sem vetos, pelo Prefeito Municipal, seguindo-se sua publicação:

“Art. 1º A taxa de coleta de lixo incidirá sobre os serviços de coleta de lixo nos estabelecimentos particulares e públicos, residenciais, comerciais e oficiais, situados neste Município.

Art. 2º São responsáveis pelo pagamento da taxa o proprietário, senhorio, foreiro, possuidor, detentor ou ocupante a qualquer título;

Art. 3º A taxa de coleta de lixo incidirá:

I - nos estabelecimentos particulares residenciais, sobre a metade do valor do imóvel, segundo planta de valores do Poder Executivo, a alíquota de 0,1%;

II - nos estabelecimentos particulares não residenciais, 0,3% do valor do faturamento;

III - nos estabelecimentos públicos oficiais, exceto os do Município, uma Unidade Fiscal do Município, por servidor que nele estiver exercendo cargo ou função.

Art. 4º Estão isentos todos os que comprovarem residência em caráter permanente no Município.

Art. 5º O Prefeito Municipal deverá regulamentar esta lei no prazo de trinta dias, podendo estabelecer outros casos de isenção, desde que observado critério uniforme.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

PERGUNTA-SE: TINHA O MUNICÍPIO COMPETÊNCIA PARA INSTITUIR ESTA TAXA? DEFENDA A CONSTITUCIONALIDADE OU INCONSTITUCIONALIDADE DE CADA UM DOS DISPOSITIVOS, APONTANDO OS PRINCÍPIOS E NORMAS APLICÁVEIS.

XXII CONCURSO – 14.12.94

1ª Questão:

O Secretário de Estado de Fazenda, alarmado com a sonegação fiscal do ICMS em determinado Município Fluminense, declarou que o Fisco Estadual estava preparando uma “Blitz” nas empresas ali sediadas. Aempresa “Z”, possivelmente temerosa com a investida, adiantou-se a uma possível autuação e declarou-se devedora da importância de R$ 1.000.000,00, apresentando-se para saudá-la. A Fazenda Estadual, no entanto, rejeitou a oferta pois pretende cobrar-lhe multa e juros moratórios pelo pagamento atrasado, alegando ter havido má-fé da contribuinte, tanto que só admitiu seu débito após a ameaça do Secretário de Estado. A empresa não concordou com o pagamento da multa e juros, já que ela voluntariamente correu para saldar a dívida. Não lhe restando alternativa, ajuizou ação declaratória, pedindo incidentalmente o depósito de R$ 1.000.000,00. A Fazenda Estadual impugnou a pretensão, alegando, em preliminar, a impossibilidade jurídica do depósito cautelar na própria ação de conhecimento. Dispensado o relatório, profira sentença identificando o instituto aplicável à hipótese, bem como solvendo a questão preliminar.

2ª Questão:

O domínio sobre imóvel é fato gerador do imposto predial e territorial urbano ou imposto

territorial rural. Pergunta-se:

a) Há alguma hipótese que o domínio não seja alcançado por um ou outro imposto?

b) Como foi resolvido o conflito entre estes impostos?

c) Caso o INCRA e determinado MUNICÍPIO tributem o mesmo imóvel com os impostos de suas respectivas competências, qual deles há de prevalecer?

d) Qual(is) o(s) meio(s) processual(is) que tem o Contribuinte para livrar-se da obrigação, se ambos pretendem cobrá-la?

XXIII CONCURSO – 20.06.95

1ª Questão:

João de Souza, filho único, recebeu em doação de seus pais o único bem imóvel que possuíam, a título de adiantamento de herança, mas na escritura pública de doação reservaram a si o usufruto do imóvel. Logo em seguida, renunciaram a esse usufruto, por escritura pública. Ao levá-la ao Registro de Imóveis, o Oficial do Registro exigiu o comprovante de recolhimento do imposto de transmissão, tendo em vista a Lei Estadual n. 1427/89 não ter elencado a hipótese de renúncia de usufruto entre as hipóteses de isenção nela previstas (art. 3º). Pergunta-se: a exigência do tributo é legítima?

2ª Questão:

Considere a seguinte petição inicial:

"A União Federal, em face do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, entidade de natureza fundacional pública, vem propor execução, com fulcro nos arts. 1º e seguintes da Lei n. 6.830, fazendo-o pelos articulados fáticos e jurídicos abaixo:

A Exeqüente é credora da Executada na importância de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), representada pela Certidão de Dívida n. 00033554-5 (doc. anexo).

Requer a citação da Executada para pagar a importância acima no prazo de 24 horas, sob pena de penhora de bens em montante suficiente para assegurar a satisfação do crédito.

E. deferimento."

Profira o despacho de admissibilidade (ou inadmissibilidade) da ação executiva proposta.

XXIV CONCURSO – 28.02.96

1ª Questão:

A Fazenda Pública Estadual ajuizou execução fiscal contra a empresa "Y" Ltda., cobrando-lhe crédito tributário no montante de R$3.000.000,00 (três milhões de Reais). Citada, a devedora indicou à penhora todo seu "Parque Industrial", ao mesmo atribuindo valor idêntico ao débito. A nomeação foi aceita, a penhora ultimada, e o Diretor-Presidente da empresa nomeado depositário. A Executada apresentou tempestiva defesa impugnando o "lançamento", acoimando-o de nulo por não ter sido notificada dele. A sentença repeliu a pretensão desconstitutiva. A avaliação, por sua vez, estimou o valor dos bens e direitos penhorados em apenas R$ 2.500.000,00 (dois milhões e meio de reais), mas não objetada pelas partes. O leilão se realizou no dia e hora aprazados, tendo sido a Executada intimada

de sua realização por publicação regular no Diário Oficial, Seção do Poder Judiciário. Houve um único lanço de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), assim restando arrematado o "parque industrial". Efetuado o depósito do preço, ingressou no processo a autarquia federal "Z", alegando ser credora da empresa Executada no montante de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), exibindo nesse sentido certidão de dívida ativa, pleiteando lhe fosse diretamente pago o valor do seu crédito em razão do seu direito de preferência nos termos da lei. Assim exposta a questão, objetivamente fundamentando, responda o candidato as seguintes indagações, respeitada a ordem cronológica formulada:

a) Qual a natureza jurídica da defesa apresentada pela Executada? Como se denomina essa defesa na técnica-processual?

b) Qual o prazo legal para a apresentação dessa defesa?

c) É satisfatória a intimação da Executada, para apresentação dessa defesa, por regular publicação no Órgão Oficial?

d) Considerando-se verdadeiros os articulados fáticos da defesa ofertada, detecta-se violação de algum princípio constitucional. A sentença de alça correta?

e) Válido foi o leilão?

f) Como se posicionar o Julgador diante do pedido da autarquia federal?

g) Qual a medida cabível, de natureza judicial, ainda que se apresente com características de procrastinação, para impugnação da validade do leilão realizado?

h) Qual o prazo que tem a Executada para impugnar o leilão?

i) Qual o termo a quo do prazo aludido no item precedente?

j) Dado como válido o leilão, e inexistindo outros bens a serem penhorados para a plena satisfação do crédito tributário, pode a execução ter prossecução contra os sócios da empresa?

l) Admitindo-se que a execução possa prosseguir contra a pessoa dos sócios, não dispondo eles de bens penhoráveis, é de se admitir possa a Fazenda Estadual promover a declaração de insolvência civil?)

m) Considerando-se a insuficiência patrimonial da Executada, especialmente diante do crédito ostentado pela autarquia federal, poderá esta, ou a Fazenda Estadual, promover ação de "quebra" da Executada?

Observação: O candidato deverá indicar as disposições legais pertinentes às respostas.

2ª Questão:

Em que consiste a denominada "pauta fiscal" ou "pauta de valores" para o fim da incidência do ICMS? Está a mesma submetida ao princípio da reserva legal? Se não está, pode ser fixada por Decreto? Outro ato administrativo?

XXV CONCURSO – 30.07.96

1ª questão:

Ajuizou a Fazenda Pública ação de execução por dívida fiscal incontrastável contra a sociedade "X", pelo crédito no montante de R$ 100.000,00. Citada, a Executada ofereceu o

depósito da quantia em moeda corrente do país, recolhida à ordem e disposição do juízo em estabelecimento bancário oficial. Posteriormente, no curso dos embargos ofertados, requereu a substituição do depósito em dinheiro por títulos da dívida pública em valaros superiores à cobertura do principal, juros e correção monetária, além dos encargos processuais.

O pedido foi objetado pela Exeqüente.

Solucione o candidato a questão, indicando os dispositivos aplicáveis à espécie.

2ª questão:

JOSÉ (locatário) locou um imóvel residencial a WALDEMAR (locador). Constou do contrato locativo que o locatário seria o responsável pelo pagamento dos tributos incidentes sobre o mesmo. Considerando que no exercício financeiro findo o IPTU foi ilegalmente cobrado a maior, ajuizou o locatário ação de reposição de indébito.

A municipalidade objetou a pretensão suscitando preliminar de ilegitimidade ativa do autor, nesse teor invocando o art. 123, do Código Tributário Nacional.

Motivadamente, decida o candidato a preliminar, indicando as disposições pertinentes do CTN.

XXVI CONCURSO – 11.11.96

1ª Questão:

Classifique o candidato, em razão da sua natureza, as infrações fiscais, indicando os diversos tipos de sanções previstas na legislação pertinente, sobre elas discorrendo, emitindo exemplos.

2ª Questão:

Indaga-se ao candidato: pode o Juiz, *ex officio*, decretar a extinção do processo de execução fiscal, com base no art. 267, inciso IV, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 174 do Código Tributário Nacional, ajuizado há mais de cinco anos, comprovada a inexistência de bens do devedor-executado, e cujo paradeiro, conforme certificado nos autos pelo Oficial de Justiça-Avaliador, é incerto e não sabido?

Resposta fundamentada, com indicação das disposições legais aplicáveis à espécie.

XXVII CONCURSO – 03.04.97

Questão única:

Suponha que lei complementar repita, em parte, dispositivo da Constituição Federal, dizendo não incidir o ICMS sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados. Em outra parte, amplia a regra constitucional, dizendo não incidir o referido imposto sobre operações e prestações que destinem ao exterior produtos primários.

Identifique o(s) instituto(s) que o intérprete depara na norma acima, explanando o(s) fundamento(s) da conclusão a que chegou o candidato.

XXVIII CONCURSO – 15.10.97

1ª Questão:

O devedor, assim apontado como tal, em certidão de dívida ativa que instrui execução fiscal ajuizada no Rio de Janeiro, domiciliado em Comarca Interiorana, ali foi intimado, por precatória, para apresentar embargos. Apresentou-os, suscitando preliminar de nulidade da citação, realizada pelo correio, uma vez que, comprovadamente se encontrava no exterior à data da sua entrega. Suscitou, ainda, a incompetência relativa do Juízo Fazendário da Capital. E, por fim, no mérito, argumentou que o crédito tributário havia sido liquidado antes da sua citação.

Pergunta-se:

a) qual dos juízos deverá conhecer e julgar os embargos?

b) e, enfrentando as questões, como o candidato decidiria os embargos?

Admita que os fatos estão provados. Redigir em forma de sentença, dispensando o relatório.

2ª Questão:

Diferencie taxa e preço público.

XXIX CONCURSO – 08.04.98

1ª Questão:

Quando cessa, para o desapropriado mediante regular processo de expropriação, a obrigação de pagar o imposto predial e territorial urbano incidente sobre o seu imóvel?

2ª Questão:

Pode a autoridade administrativa rever o lançamento de ofício cobrando ao contribuinte os acréscimos moratórios previstos na legislação?

Responda objetivamente citando as normas legais aplicáveis.

XXX CONCURSO – 21.09.98

Questão única:

Aprovado em recente concurso público para o exercício da função de Notário de determinado Cartório de Ofício de Notas da Capital, em decorrência da aposentadoria do antigo delegatário, o novo titular foi autuado por irregularidades no recolhimento de tributos estaduais ocorridas antes da sua posse. O Fiscal de Rendas Estadual alegando que Cartório não tem personalidade jurídica própria e que portanto o atual titular seria responsável por sucessão, autuou-o e o intimou para apresentar defesa. Decorrido o prazo, o crédito foi regularmente inscrito na dívida ativa, tendo a Fazenda Estadual promovido a execução.

Pergunta-se:

a) Qual(ais) o(s) meio(s) processual(ais) próprios para o devedor se defender?

b) Qual o Juízo competente para reconhecer e julgar a “defesa”?

c) Pode a Fazenda Pública penhorar a renda do Cartório? Como se efetivaria esta penhora?

d) Tem o atual Notário direito de regresso contra o ex-Tabelião?

e) Supondo que o atual Notário apresentou "defesa", tem razão ou não?

Distinguir o contribuinte do responsável tributário à luz da teoria da obrigação aplicável.

XXXI CONCURSO – 27.08.99

1ª Questão:

À luz do Código de Organização Judiciária, em que foro e juízo deverá ser proposta a execução da Fazenda Estadual, contra devedor residente no interior?

2ª Questão:

Qual a importância das quitações fiscais nos inventários? E como deve portar-se o oficial do registro imobiliário diante do formal de partilha ou carta de adjudicação, expedidos sem as quitações fiscais?

XXXII CONCURSO – 22.03.00

1ª Questão:

Que efeitos, quanto à exigibilidade do crédito tributário, produz sua inscrição na dívida ativa?

2ª Questão:

Qual a natureza jurídica do Auto de Infração?

XXXIII CONCURSO – 07.12.00

1ª Questão:

Fale sobre a constitucionalidade, ou não, da cobrança da Taxa de Iluminação Pública pelo Município, justificando a sua posição.

2ª Questão:

A concessão de medida cautelar, requerida contra a exigência de tributo considerado indevido, é modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário? Explique.

XXXIV CONCURSO – 17.08.01

1ª Questão:

No processo administrativo fiscal, quando o devedor é declarado remisso?

2ª Questão:

Quais os efeitos imediatos da ação de consignação em pagamento em relação a Fazenda Pública? Incidem os efeitos da "*actio duplex*" ?

XXXV CONCURSO – 19.04.02

1ª Questão:

Cícero, inquilino de prédio residencial urbano, propôs ação ordinária em face do Município de Petrópolis pedindo a anulação do lançamento de contribuição de melhoria incidente

sobre o prédio, e a respectiva restituição, sob o fundamento de que o tributo fora instituído através de medida provisória, modalidade legislativa defesa ao Município.

Contestou a Fazenda Pública suscitando, em preliminar, a ilegitimidade ativa do locatário e, no mérito, esperava a improcedência da demanda pois a Lei Orgânica admite expressamente a edição de medida provisória pelo Chefe do Executivo; aduziu, ademais, que não se atendeu a regra *solxe et repete*.

A final, opinou o representante do Ministério Público no sentido de validade da medida provisória no ordenamento municipal, embora fosse a mesma incabível para a instituição de tributo.

Dispensado o relatório, fundamente e decida.

2ª Questão:

Sobre o imposto de operações relativas a circulação de mercadoria e prestações de serviços de transportes e comunicações, responda fundamentadamente:

- a ele está submetido o contrato de compra e venda de mercadoria?

- quais as espécies admissíveis de lançamento?

- quem é o legitimado ativo na ação de restituição de indébito?

3ª Questão:

Cabe ação monitória em face da Fazenda Publica?

XXXVI CONCURSO – 25/10/2002

1ª Questão:

O Governador editou decreto alterando o prazo do recolhimento do ICMS com vigência a partir da publicação do mencionado ato. Caio, contribuinte, insurgiu-se contra o decreto, alegando ofensa ao princípio da legalidade. Decida, fundamentadamente.

2ª Questão:

O IPTU é imposto direto ou indireto, observando-se o fenômeno de repercussão? Justificar.

XXXVII Concurso – 13/06/2003

1ª Questão (Três Pontos):
Quanto a ação anulatória de débito fiscal, pergunta-se:
a) Qual a conseqüência, para o contribuinte, em não efetuar o depósito do valor do tributo questionado? Justifique.
b) Qual a eficácia da sentença proferida? Justifique.
c) Na relação jurídica tributária, o candidato vislumbra hipótese no direito positivo vigente de ação anômala contenciosa sem parte passiva?
2ª Questão (Três Pontos):
Em processo de divórcio consensual, os cônjuges partilharam os bens imóveis atribuindo 25% para o varão e 75% para a mulher. Em concomitância, celebraram instrumento particular no qual a mulher cedia ao marido a totalidade das cotas de uma sociedade constituída na vigência do casamento. Diante do desequilíbrio da partilha apresentada em

juízo, a mulher foi obrigada ao pagamento de imposto, uma vez que a Fazenda considerou ter havido doação. Mesmo inconformada, a mulher pagou o tributo.

Após o registro do formal de partilha no R.G.I. competente, o ex-cônjuge mulher ingressa com pedido administrativo de repetição de indébito, sob alegação de que, em verdade, haveria equilíbrio na partilha, caso as cotas da sociedade tivessem sido incluídas na partilha judicial, o que tornaria indevida a cobrança. Analise a questão, justificando.

3ª Questão (Quatro Pontos):

Cícero Túlio, contribuinte do Município de Petrópolis, devidamente qualificado nos autos, impetrou o presente Mandado de Segurança contra ato do Exmº. Sr. Prefeito, alegando que a municipalidade, através da Lei Municipal nº 80 de 15/12/2002, concedeu isenção do pagamento de ISS por cinco anos, a contar de 01/01/2003, para os comerciantes que se estabelecerem na periferia da nova rodoviária, no bairro do Bingen, no limite de raio de cinco kilômetros em torno desta. O Impetrante alega que cumpriu rigorosamente os termos da legislação epigrafada, instalando-se no ramo de lanchonete com o alvará municipal de 30 de maio de 2003, procedendo um investimento no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Sustenta que a autoridade coatora através do Decreto nº 30, de 31/05/2003, revogou o benefício da isenção fiscal, reconhecendo o direito adquirido apenas para os comerciantes que implementaram a condição isentiva no exercício 2003, não abrangendo os períodos posteriores, violando assim o princípio da irrevogabilidade da lei de isenção, direito adquirido e a imutabilidade do ato jurídico perfeito. Ademais, argumenta, que considerando o princípio da estrita legalidade tributária o Decreto Municipal impugnado é inconstitucional e ilegal, por invadir esfera legisferante.

Requer a procedência do writ para julgar procedente o pedido, reconhecendo as teses contidas na exordial.

Requereu a medida liminar para efeito de suspender os efeitos do Decreto impugnado.

Indeferida a liminar, prestou o Sr. Prefeito informações, onde sustenta que os Edis lhe delegaram poderes para revogar a isenção por Decreto, a qualquer tempo, conforme o interesse público municipal, inocorrendo violação à estrita legalidade.

Sustenta ainda que os comerciantes que preencheram os requisitos até a entrada em vigor da Lei revogatória (31/05/2003), têm o direito subjetivo a fruição total do benefício, porém não vinculando a administração municipal aos posteriores exercícios.

Assim, conclui que foi obedecido os princípios da segurança jurídica, direito adquirido e a imutabilidade do ato jurídico perfeito, em relação ao exercício tributário de 2003, porém em relação aos exercícios de 2004 a 2007 o impetrante tem uma mera expectativa de direito, que não se consumou exatamente, porque a Lei foi revogada antes do prazo originário, pugnando pela denegação da ordem.

O Ministério Público, em ofício no primeiro grau, endossando as razões da autoridade coatora impetrada, opina no sentido da denegação da ordem, fundamentando que de fato, para que o direito à isenção se torne vinculada aos demais exercícios é mister se tenham verificado os pressupostos contidos na Lei que concedeu a isenção condicional. Se eles não se apresentam perfeitos e acabados, não nasce o direito ao desfrute do benefício fiscal.

Os autos vieram-me conclusos para a sentença.

Dispensado o relatório, decida a questão, abordando os pontos envolvidos no relato.

XXXVIII Concurso

1ª Questão (VALOR: SEIS PONTOS)**:**

A Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro, representando as empresas de importação e exportação baseadas no Estado, impetrou Mandado de Segurança Coletivo, com pedido de liminar, contra ato do Sr. Diretor da Receita Estadual, objetivando suspender os efeitos da portaria especial do *drawback* sobre a exportação do produto com insumo importado a ele agregado, para exigir a comprovação de exportação das mercadorias para fruição do benefício na importação, com a conseqüente isenção tributária. Argumenta que a exigência é ilegal e abusiva, pois o benefício isentivo é possível com o simples registro no sistema de *drawback*. Afirma que a exigência fazendária caracteriza *bis in iden*. Deferida a liminar, a autoridade coatora prestou as informações pedindo a revogação da liminar e a denegação do *writ*, defendendo a legalidade da resolução sob o fundamento de que o regime de *drawback* impõe operação real de exportação, não se coadunando com ato fictício, e não se caracterizando *bis in iden*. O representante do M.P., em ofício, opina desfavoravelmente à pretensão do impetrante.
Sendo este o relatório, fundamente e decida, na forma de sentença.

2ª Questão (VALOR: UM PONTO E MEIO)**:**

Octavio Augusto constrói casa no Município de Petrópolis, situada em esquina entre duas ruas não pavimentadas; a Prefeitura asfalta a ambas. Seria possível o Poder Público exigir duas diferentes contribuições de melhoria? Justifique, informando, ainda, a espécie de lançamento.

3ª Questão (VALOR: UM PONTO E MEIO)**:**

Considerando que a propriedade de um bem imóvel só se transmite após o devido registro no Cartório de Registro de Imóveis competente, após a comprovação de que o ITBI já foi pago, deve-se entender que o ITBI é tributo recolhido antes da ocorrência do fato gerador. O candidato viabiliza plausibilidade jurídica para proceder impugnação administrativa? Fundamente.

Obs.: UM PONTO PARA O CONCEITO EM RELAÇÃO À CORREÇÃO DA LINGUAGEM, CLAREZA DE EXPOSIÇÃO, LETRA LEGÍVEL, RACIOCÍNIO LÓGICO E JURÍDICO, E OBJETIVIDADE.